cyan magenta amarelo preto

JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112

Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2024.01.10 06:06:06 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VIII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quarta-feira, 10 de janeiro de 2024 • Nº 1719 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

FIM DO CASO

PF: morte de Marielle terá resposta final no 1º trimestre

O diretor-geral da Polícia Federal (PF), Andrei Rodrigues, afirmou, ontem, em entrevista à Rádio CBN, que a investigação do assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes deve ser concluída no primeiro trimestre deste ano. "Esse é um desafio que a PF assumiu no ano passado. Estamos há menos de um ano à frente dessa investigação, de um crime que aconteceu há cinco anos, mas com a convicção de que ainda neste primeiro trimestre a Polícia Federal dará uma resposta final do caso Marielle", afirmou Rodrigues. A declaração do diretor-geral se alinha a uma recente fala do ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, que reafirmou o compromisso da PF em elucidar o caso. Marielle e Anderson foram mortos a tiros, em março de 2018, no bairro do Estácio, no Rio de Janeiro. "Não tenham dúvida, o caso Marielle será, em breve, integralmente elucidado", disse Dino em dezembro. PÁGINA 4

SÃO PAULO

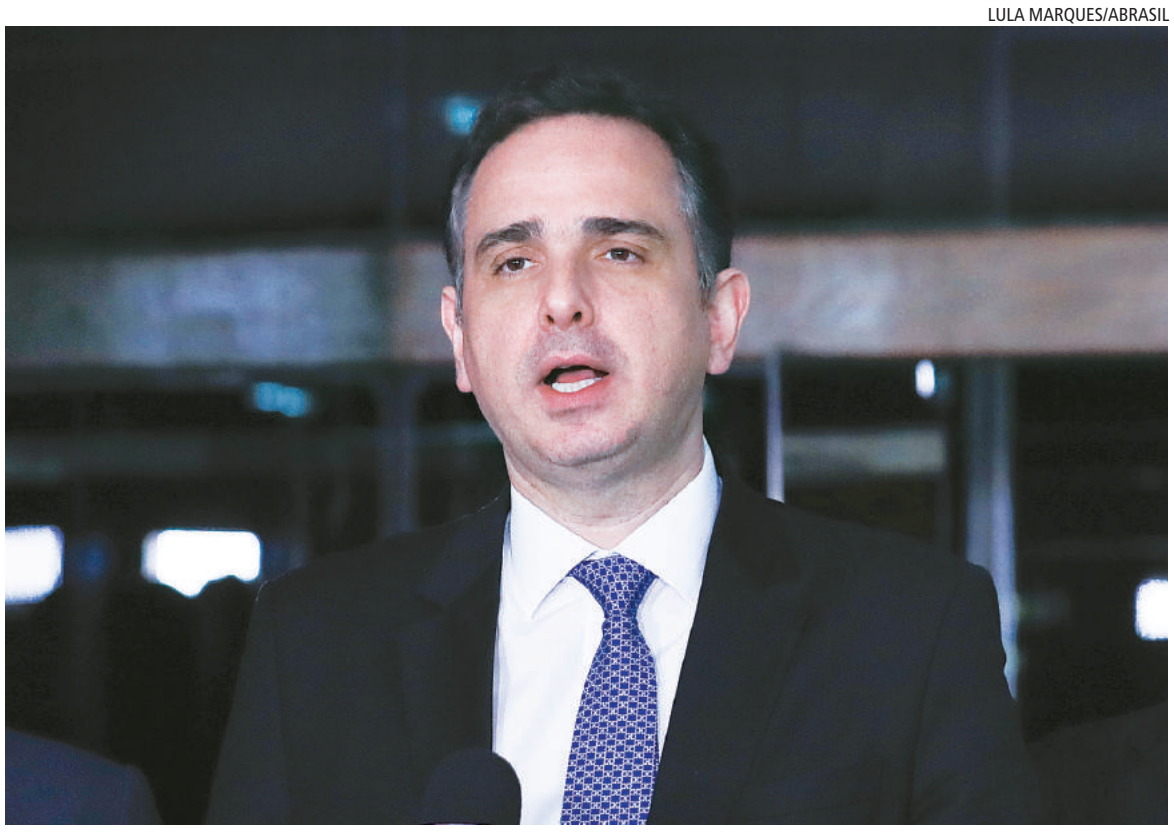
Volta de Marta ao PT gera desavenças

O provável retorno de Marta Suplicy (sem partido) ao PT para ocupar a vice na chapa encabeçada pelo deputado Guilherme Boulos (PSOL) já gera desavenças entre petistas. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) é um dos principais entusiastas à volta da ex-senadora, porém uma ala do partido é contra a ideia, acusando Marta de traição por conta de seu voto a favor do impeachment da então presidente Dilma Rousseff em 2016. O dirigente nacional do PT, Valter Pomar, publicou um artigo ontem, sugerindo que o possível retorno de Marta ao PT seja decidido em votação no Diretório Nacional do partido. "Votarei contra. O motivo principal é: senadora eleita pelo PT, Marta traiu seu eleitorado e seu partido, votando a favor do golpe contra Dilma. Desconheço que ela tenha feito alguma autocrítica a respeito. E, em qualquer caso, não vejo porque trazer de volta para casa quem praticou tamanha violência". PÁGINA 6

CONGRESSO

Pacheco busca solução para MP da reoneração da folha

LULA MARQUES/ABRASIL



O presidente do Congresso Nacional, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) (**foto**), prometeu uma solução negociada para o impasse criado pela edição da medida provisória (MP) que reonera, gradualmente, a folha de pagamento de 17 setores econômicos. Já a oposição pede que Pacheco devolva a MP sem analisá-la, por entender que o Congresso já decidiu sobre o tema. Pacheco se reuniu com nove líderes do Senado ontem, em Brasília, e prometeu conversar também com as demais lideranças da Casa, com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e com os líderes da Câmara, antes de decidir se devolve ou não a MP editada no final do ano passado. Ao editar a medida, o Executivo pretendeu aumentar a arrecadação para chegar ao déficit zero em 2024. O presidente do Congresso destacou que o Legislativo tem compromisso com o déficit zero e ponderou que alternativas à reoneração da folha podem ser discutidas. PÁGINA 2

MACEIÓ

STF quer mais detalhes sobre acordo com Braskem

A ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), concedeu ontem prazo de 30 dias para a prefeitura de Maceió e a mineradora Braskem se manifestarem sobre o acordo de indenização avaliado em R$ 1,7 bi pelos prejuízos causados pela extração de sal-gema na capital alagoana. A decisão da ministra foi tomada para instruir a ação na qual o governo de Alagoas contesta a legalidade do acordo, assinado em julho do ano passado entre e empresa e o município de Maceió. As cláusulas foram questionadas no STF após a Justiça alagoana rejeitar a anulação do acordo. Após receber as manifestações, a ministra deverá julgar a ação. Não há prazo para o julgamento. O governo estadual alega que o acordo impede a integral reparação dos afetados pela mineração no estado. Além disso, o governo questiona trechos que autorizam a empresa a se tornar proprietária de terrenos e continuar a explorar a região devastada. 5

ATAQUES DE FACÇÕES

Governo Lula manifesta preocupação com Equador

REPRODUÇÃO

O governo Luiz Inácio Lula da Silva manifestou ontem, preocupação e condenou a onda de ataques, sequestros e execuções indiscriminadas contra civis e policiais no Equador. Em nota do Itamaraty, o governo federal expressou solidariedade ao governo presidente Daniel Noboa e ao povo equatoriano. Noboa decretou estado de emergência, reconheceu a existência de "conflito armado interno" e autorizou o emprego das Forças Armadas para "neutralizar" facções. Homens armados invadiram uma emissora de TV, interrompendo um telejornal ao vivo. (**foto**). PÁGINA 5

PROGRAMA

Voa Brasil vai beneficiar Aposentados e estudantes

Aposentados do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS) e bolsistas do Programa Universidade para Todos (Prouni) serão os primeiros segmentos beneficiados pelo programa Voa Brasil, que vai assegurar passagens aéreas a R$ 200 por trecho. Previsto desde meados do ano passado, até então sem público-alvo anunciado, o programa ainda não saiu do papel. De acordo com o ministro de Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho, a iniciativa será finalmente lançada pelo presidente Lula até o início do mês que vem. "A gente espera que o presidente possa anunciar, agora no final de janeiro, mais tardar no início de fevereiro, um programa de passagens a R$ 200 reais", dissse o ministro. PÁGINA 3

INDICADORES

IBOVESPA: -0,74% / 131.446,59 / -979,95 / Volume: R$ 18.616.509.557 / Negócios: 3.620.421

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
LOCAWEB ON NM	6.12	+5.52	+0.32
3R PETROLEUMON NM	28.520	+4.20	+1.150
TRAN PAULISTPN N1	26.74	+2.57	+0.67
CVC BRASIL ON NM	3.40	+2.41	+0.08
MAGAZ LUIZA ON ATZ NM	2.14	+2.39	+0.05

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
GERDAU PN N1	22.14	–5.22	–1.22
GERDAU MET PN N1	10.20	–4.58%	–0.49
SID NACIONALON	18.39	4.47	–0.86
P.ACUCAR-CBDON NM	3.92	–4.16	–0.17
CIELO ON EJ NM	4.77	–4.02	–0.20

Mais Negociadas

	Preço	%	Oscil.
VALE ON NM	73.33	1.27	–0.94
PETROBRAS PN N2	38.10	–0.86	–0.33
BRADESCO PN EJ N1	16.30	–2.69	–0.45
ITAUUNIBANCOPN EJ N1	33.32	–0.06	–0.02
PETROBRAS ON N2	39.42	–0.55	–0.22

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	37.525,16	-0,42
NASDAQ Composite	14.857,709	+0,09
CAC 40	7.426,62	-0,32
FTSE 100	7.683,96	-0,13
DAX	16.688,36	-0,17
Ftse Mib	30.408,78	-0,53

Salário mínimo	R$ 1.320,00	**IGP-M**	0,74% (dez.)	**EURO turismo**	
Ufir	R$ 4,3329	**IPCA 15**	0,40% (dez.)	Compra: 5,4068	Venda: 5,5868
Taxa Selic		**CDI**		**DÓLAR Ptax - BC**	
(13/12)	11,75%	(13/12)	11,65%	Compra: 4,8937	+0,18%
Poupança 3		**OURO**		**DÓLAR comercial**	
(10/01)	0,5542%	BM&F/grama	R$ 319,18	Compra: 4,9038	Venda: 4,9044
TR		**EURO Comercial**		**DÓLAR turismo**	
(10/01)	0,0539%	Compra: 5,3579	Venda: 5,3586	Compra: 4,9172	Venda: 5,0972

Economia

MERCADOS

Bovespa cai 0,74%, a 131,4 mil pontos, com ações de bancos

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

Como no dia anterior, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) não contou com o apoio de pesos-pesados da B3, como Vale (ON -1,27%) e Petrobras (ON -0,55%, PN -0,86%), mas o desempenho das ações com exposição ao ciclo doméstico, hoje, foi insuficiente para que o índice progredisse, quebrando assim sequência de dois ganhos moderados.Ontem, o Ibovespa (Índice Bovespa) oscilou dos 131.203,45 aos 132 425,91 pontos, saindo de abertura aos 132.423,55. Ao fim, mostrava perda de 0,74%, aos 131.446,59 pontos, com giro a R$ 18,6 bilhões. Em janeiro, cede agora 2,04%.

Assim como para o segmento de commodities, o dia foi negativo também para outro setor vital, o financeiro, com as ações do Bradesco em queda superior a 2% (ON -2,65%, PN -2,69%), após rebaixamento da recomendação do Goldman Sachs para os papéis da instituição financeira, de neutro para venda, com preço-alvo de R$ 16,00 - um potencial de desvalorização de 4,4% em relação ao fechamento de ontem.

Na ponta ganhadora do Ibovespa na sessão, destaque para Locaweb (+5,52%) e ISA CTEEP (+2,57%), além de 3R Petroleum (+4,20%), em dia de recuperação parcial do petróleo após o tombo do dia anterior, na esteira de cortes de preços pela Arábia Saudita. Hoje, o Brent de março subiu 1,93%, aos US$ 77,59 por barril, em Londres, enquanto o WTI de fevereiro, em Nova York, avançou 2,07%, a US$ 72,24 por barril. No lado oposto nesta terça-feira na B3, Gerdau (PN -5,22%, na mínima do dia no encerramento), Gerdau Metalúrgica (-4,58%) e CSN (-4,47%).

Dessa forma, nesta segunda sessão da semana, os principais índices de ações em Nova York fecharam o dia sem direção única, em variações modestas: Dow Jones -0,42%, S&P 500 -0,15% e Nasdaq +0,09%. A retomada vista neste começo de ano nos rendimentos dos Treasuries refletiu expectativa de que o Federal Reserve pode vir a ser mais cauteloso neste primeiro trimestre, sem cortar ainda os juros de referência em março, contrariamente a projeções que vinham ganhando intensidade no mercado de juros futuros - o que reforça o interesse pelas leituras desta semana sobre o CPI e o PPI de dezembro, apontam analistas.

DÓLAR SOBE

O dólar à vista encerrou a sessão de ontem, em alta de 0,74%, cotado a R$ 4,9061 no mercado doméstico de câmbio, em sintonia com valorização da moeda americana no exterior tanto em relação a divisas fortes quanto emergentes. Como nas sessões anteriores desta semana, a moeda mostrou oscilação bem contida, de pouco mais de três centavos entre a mínima (R$ 4,8769), pela manhã, e a máxima (R$ 4,9091), à tarde. A liquidez foi reduzida, com o contrato de dólar futuro para fevereiro movimentando pouco mais de US$ 10 bilhões.

CONGRESSO

Pacheco negocia solução para MP da reoneração

LUCAS PORDEUS LEÓN/ABRASIL

O presidente do Congresso Nacional, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), prometeu uma solução negociada para o impasse criado pela edição da medida provisória (MP) que reonera, gradualmente, a folha de pagamento de 17 setores econômicos. Já a oposição pede que Pacheco devolva a MP sem analisá-la, por entender que o Congresso já decidiu sobre o tema.

Pacheco se reuniu com nove líderes do Senado ontem, em Brasília, e prometeu conversar também com as demais lideranças da Casa, com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e com os líderes da Câmara, antes de decidir se devolve ou não a MP editada no final do ano passado. Ao editar a medida, o Executivo pretendeu aumentar a arrecadação para chegar ao déficit zero em 2024.

O presidente do Congresso destacou que o Legislativo tem compromisso com o déficit zero e ponderou que alternativas à reoneração da folha podem ser discutidas.

"Nós temos que ter compromisso não é com problema. Seria muito cômodo simplesmente devolver (a MP) sem encontrar uma solução. Essa comodidade nós não queremos, queremos construir com o ministro Fernando Haddad uma solução de arrecadação que seja sustentável", disse.

Pacheco acrescentou que a decisão de devolver ou não, integral ou parcialmente, a medida provisória deve ser tomada ainda durante o recesso parlamentar, em janeiro, para dar previsibilidade aos setores atingidos pela medida.

"Pretendemos tomar essa decisão ainda no recesso até porque é muito importante ter estabilidade jurídica. Nós temos compromisso com a estabilidade jurídica. Imaginem vocês, esses 17 setores que têm a desoneração prevista nos seus orçamentos, na sua previsibilidade de negócio", explicou.

Após o Congresso Nacional derrubar, por ampla maioria, o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao projeto que prorrogou a desoneração de 17 setores da economia, o governo editou a MP que prevê uma reoneração gradual desses setores. Segundo a Fazenda, a medida visa recuperar R$ 6 bilhões em arrecadação já neste ano.

Para Haddad, a desoneração representa um privilégio aos setores beneficiados, sem que o resultado de aumento de empregos tenha sido alcançado. "O emprego desses 17 setores caiu. Essa medida foi tomada em 2011 para ser temporária, e os setores, no cômputo geral, desempregaram. Aquela ideia original de que aumentaria o emprego se mostrou errada", justificou.

As lideranças da oposição sugerem que o governo envie um projeto de lei com o mesmo teor da MP para que possam discutir o tema sem a urgência criada pela medida provisória. Ao contrário de uma MP, projeto de lei não tem efeito imediato.

O relator da desoneração no Senado, Efraim Filho (União-PB), líder do União na Casa, argumentou que a MP é uma espécie de segundo veto a uma decisão que o Congresso Nacional já tomou.

"É a tentativa da imposição de uma agenda com a qual o governo não teve votos para sustentar em plenário. A tramitação (da desoneração) ocorreu por dez meses e ficou muito clara a decisão do Congresso – que é um projeto com a cara do Congresso e de autoria do Parlamento – que, neste caso, não era arrecadar mais a grande prioridade. A grande prioridade é gerar empregos", afirmou.

OUTRAS MEDIDAS

A MP em discussão também prevê uma revisão no Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), que foi criado em 2021 para socorrer o setor com uma desoneração total de impostos em meio à paralisação provocada pela pandemia de covid-19. A medida foi inicialmente prevista para durar dois anos, mas neste ano foi prorrogada para cinco anos pelo Congresso.

A medida também prevê novas regras para que as empresas possam compensar, junto à Receita Federal, os créditos tributários eventualmente obtidos em causas na Justiça contra a administração pública.

Antes, as empresas podiam compensar 100% desses créditos de uma vez, por vezes eliminando totalmente o pagamento de impostos em determinado ano. Segundo estimativa parcial da Fazenda, somente neste ano foram R$ 65 bilhões em perda inesperada de arrecadação somente com essas compensações.

Agora, tais compensações ficam limitadas, e os créditos tributários somente poderão ser descontados dos impostos a pagar de forma escalonada, mês a mês. A limitação para as compensações vale para créditos acima de R$ 10 milhões, e os limites mensais ainda devem ser estabelecidos em ato do Ministério da Fazenda.

2023/2024

Desembolso no Plano Safra alcança R$ 249 bi até dezembro

ISADORA DUARTE/AE

O valor desembolsado do Plano Safra 2023/24 de julho até o fim de dezembro alcançou R$ 249 bilhões, alta de 16% na comparação com igual período do ciclo anterior, segundo balanço da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura. O montante corresponde a 57% do programado para a atual safra, de R$ 435,8 bilhões incluindo agricultura familiar e empresarial Os financiamentos para custeio somaram R$ 142 bilhões, enquanto o valor concedido nas linhas de investimento foi de R$ 55 bilhões no período. As operações de comercialização atingiram R$ 29 bilhões e as de industrialização totalizaram R$ 22 bilhões.

Segundo dados do Ministério da Agricultura, no período foram realizados 1,215 milhão de contratos, sendo 895.682 do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e 128.028 do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp). Juntos, pequenos e médios produtores acessaram R$ 35,4 bilhões por meio do Pronaf e do Pronamp de julho a dezembro do ano passado. Outros 191.139 contratos foram realizados por grandes produtores, o que correspondeu a R$ 178,6 bilhões em financiamentos.

Na agricultura empresarial, o valor liberado de crédito rural somou R$ 214 bilhões, 19% acima do reportado em igual período do ano anterior, o que representa 59% do total previsto para concessão pelo governo, de R$ 364,2 bilhões. Dentre as linhas para investimento, o Pronamp alcançou R$ 3,5 bilhões liberados no período (alta anual de 90%) e o Programa de Modernização da Agricultura e Conservação dos Recursos Naturais (ModerAgro), antigo Plano ABC+, somou R$ 1,6 bilhão em contratos (+27%).

Em relação às fontes de recursos do crédito rural, R$ 12 bilhões foram provenientes dos recursos livres equalizáveis, aumento de 372% em relação a igual período da safra anterior. A Letra de Crédito do Agronegócio (LCA Livre), fonte não controlada, respondeu por 48% das aplicações da agricultura empresarial nos primeiros seis meses da safra atual, no total de R$ 102,6 bilhões, 119% mais que na safra 2021/22.

De acordo com o Ministério, os valores foram extraídos ontem do Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro (Sicor/BCB).

TST

Contratação por navios estrangeiros deve seguir legislação brasileira

PEPITA ORTEGA
E FAUSTO MACEDO/AE

A lei sobre trabalhadores contratados ou transferidos para o exterior deve ser aplicada quando brasileiros prestam serviços a bordo de navios e cruzeiros de bandeira estrangeira, tanto em percursos em águas nacionais como internacionais. Esse foi o entendimento firmado pelo Tribunal Superior do Trabalho, que escolheu pela incidência da legislação brasileira quando for a norma mais favorável.

A decisão consta de acórdão publicado no dia 7 de dezembro, pela Subseção I Especializada em Dissídios Individuais - órgão responsável pela uniformização da jurisprudência trabalhista nacional. O redator, ministro Cláudio Brandão, validou a incidência da Lei 7.064/1982 aos casos de pessoas recrutadas no Brasil para trabalharem embarcados.

Em seu voto, o ministro frisou que a Lei do Pavilhão ou da bandeira do navio - segundo a qual a lei aplicável às relações é a do país da bandeira da embarcação - não incide nesses casos. A decisão foi tomada em caso envolvendo um cruzeiro italiano.

Na avaliação do magistrado, 'deve-se aplicar a legislação trabalhista de acordo com a norma mais favorável ao empregado contratado no Brasil para prestar serviços no exterior'. "Quando, no direito interno, houver norma mais benéfica, o direito internacional cede-lhe passagem", ponderou. Segundo o ministro, nos casos de contratação para trabalho a bordo de um cruzeiro confunde-se o início do contrato com o início de sua execução.

"Ele é celebrado quando as condições pactuadas são aceitas e, considera-se "no lugar em que foi proposto", isto é, inequivocamente em território brasileiro. Aqui foram pactuadas as condições, por meio da proposta, e manifestada a concordância, por meio da aceitação", indicou.

O magistrado evocou a Constituição da Organização Internacional do Trabalho que, em sua avaliação, 'estabelece inequívoca cláusula de barreira' à aplicação do direito internacional e, ao mesmo tempo, a prevalência do direito interno, quando mais favorável.

"(A lei 7.064/1982) assegura a prevalência da legislação brasileira, independentemente da observância da legislação do local da execução dos serviços, quando se tratar dos direitos nela expressamente previstos e no que diz respeito à proteção ao trabalho, quando mais favorável do que a legislação territorial", anotou.

PARCERIA

Aeporto do Galeão vai receber investimentos de R$ 300 milhões

GABRIEL VASCONCELOS/AE

A concessionária do aeroporto internacional do Rio de Janeiro, o Galeão, a prefeitura e o governo do Estado anunciaram ontem, a criação de um fundo com até R$ 300 milhões para fomentar a atividade do aeroporto.

O objetivo, disse o prefeito do Rio, Eduardo Paes, é promover o Galeão em paralelo às novas regras de coordenação de fluxo de passageiros que limitam o número anual de passageiros do aeroporto doméstico Santos Dumont a 6,5 milhões.

Inicialmente, com relação ao fundo, a RioGaleão, controlada pelo grupo Changi, de Cingapura, vai entrar com R$ 150 milhões, e prefeitura e governo do Estado com outros R$ 120 milhões, perfazendo R$ 270 milhões até o momento.

Não há prazo para o investimento que, segundo o secretário de desenvolvimento econômico da Prefeitura do Rio, Chicão Bulhões, servirá à promoção do destino turístico - ou seja, propaganda - e para subvencionar as taxas pagas pelas empresas aéreas.

Objetivamente, disse Bulhões ao Broadcast, trata-se de 100% de desconto nas tarifas de pouso e permanência de rotas novas e da frequência das rotas existentes, e R$ 10 de bônus por cada passageiro de nova rota.

Estavam presentes no evento os presidentes da Gol, Celso Ferrer, e da Latam, Jerome Cadier, além do diretor de Relações Institucionais da Azul, Fábio Campos.

Em discurso, todos reforçaram a centralidade do Rio de Janeiro e do Galeão mas operações das companhias aéreas, estimando aumento relevante no fluxo de passageiros já em 2024.

EXPECTATIVA

Presidente da RioGaleão, Alexandre Monteiro, disse esperar um fluxo de 14 milhões de passageiros no Galeão em 2024, 77,2% a mais que o registrado em 2023.

Para além do fundo de fomento com o poder público, Monteiro afirmou que a concessionária planeja investir R$ 110 milhões em manutenção e melhorias do aeroporto em 2024. Em 2023, disse o executivo, foram R$ 50 milhões investidos, sendo R$ 15 milhões no último trimestre.

Monteiro não quis falar sobre a negociação do reequilíbrio do contrato de concessão do Galeão com o governo federal, mas informou que o processo está em andamento.

Sobre isso, Paes voltou a dizer que os contratos de concessão de aeroportos no País precisam ser reequilibrados.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

VOA BRASIL

Aposentados e estudantes do Prouni serão os beneficiados

PEDRO RAFAEL VILELA/ABRASIL

Aposentados do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS) e bolsistas do Programa Universidade para Todos (Prouni) serão os primeiros segmentos beneficiados pelo programa Voa Brasil, que vai assegurar passagens aéreas a R$ 200 por trecho. Previsto desde meados do ano passado, até então sem público-alvo anunciado, o programa ainda não saiu do papel. De acordo com o ministro de Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho, a iniciativa será finalmente lançada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva até o início do mês que vem.

"A gente espera que o presidente possa anunciar, agora no final de janeiro, mais tardar no início de fevereiro, um programa de passagens a R$ 200 reais, que serão para dois públicos específicos num primeiro momento, o público de aposentados do INSS, que dá em torno de 20 milhões de brasileiros, e também para alunos do Prouni, que atinge 600 mil estudantes", anunciou em entrevista a jornalistas, nesta terça-feira, no Palácio do Planalto, após se reunir com o presidente.

Em postagem nas redes sociais, Lula escreveu sobre a reunião. "Me reuni hoje com o ministro dos Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, e o presidente do Sebrae, Décio Lima. Conversamos sobre o programa Voa Brasil, para oferecer passagens com preços mais baixos para aposentados e prounistas, os planos para a construção do túnel entre Santos e Guarujá e os esforços para a reativação do Porto de Itajaí, em Santa Catarina, parado pela incompetência com prazos do governo anterior. Começamos o ano trabalhando para termos avanços em todo o país", disse o presidente.

De acordo com o ministro, além do estudantes de baixa renda do Prouni, os aposentados do INSS que terão direito a passagem mais barata são aqueles que ganham até dois salários mínimos. No dia do lançamento do programa, o governo já deverá informar o número de passagens a serem disponibilizadas. A previsão de Silvio Costa Filho é que 2,5 milhões a 3 milhões de pessoas que nunca viajaram de avião ou não viajam há mais de 12 meses consigam adquirir passagens aéreas pelo programa, ampliando a democratização do acesso ao transporte aéreo no país.

"Essa é a primeira etapa do programa e, a partir daí, a gente vendo que o programa funcionou, vai tentar cada vez mais, ao lado das aéreas, buscar a ampliação do programa", destacou o ministro, ao comentar sobre a possibilidade de ampliação do desconto para outros públicos. Costa Filho afirmou que o programa foi construído com base no diálogo com as companhias aéreas, já que o governo não pode interferir na precificação das passagens. Apesar disso, o ministro informou que o governo monitora a prática de preços abusivos e celebrou o crescimento de 15% do número de passageiros, entre 2022 e 2023. "Esse ano [2023] a gente saiu de 98 milhões de passageiros para 115 milhões de passageiros, crescimento de passageiros de mais de 15% na aviação brasileira".

PORTOS

O ministro de Portos e Aeroportos também informou que o presidente Lula deverá visitar o Porto de Santos no mês que vem e anunciar novos investimentos na região. O maior deles é a construção de um túnel, que passará sob o mar, entre as cidades de Santos e Guarujá. O empreendimento é uma das principais obras do Novo PAC, do governo federal, com custo estimado de R$ 5 bilhões.

Em março, Lula também deverá visitar o Porto de Itajaí, em Santa Catarina, para dar o pontapé no funcionamento do terminal, que está paralisado. "É um Porto que já chegou a gerar mais de 4 mil empregos naquela região e, infelizmente ficou inviabilizado no governo passado", afirmou o ministro. A retomada da operação do porto está em andamento por uma empresa já contratada de forma temporária pelo governo federal.

2024

Simone Tebet: Vamos apostar que Brasil vai crescer acima de 2%

AMANDA PUPO/AE

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, disse ontem, apostar que a economia brasileira vai crescer mais de 2% em 2024, contra a previsão menos otimista do mercado. O boletim Focus divulgado na segunda-feira, pelo Banco Central aponta avanço de 1,59% na estimativa de crescimento do PIB neste ano.

"Estão falando que vai crescer 1,5%, então vamos apostar que o Brasil vai crescer acima de 2%", disse Tebet em entrevista ao programa A Voz do Brasil, da EBC, relembrando que, no início de 2023, as estimativas para a economia eram mais baixas e foram revisadas ao longo do ano. A aposta da ministra para 2024 vai em linha com a previsão já usada pelo governo federal, elaborada pelo Ministério da Fazenda, que estima alta do PIB de 2,2% neste ano.

Para justificar o otimismo, Tebet citou, por exemplo, os investimentos do PAC e o que chamou de "credibilidade" do mercado sobre a condução da economia pela equipe da Fazenda e do Planejamento, construída ao longo do último ano. Na visão de Tebet, a equipe econômica soube passar os "recados certos" e dialogar com o Congresso. "Agiu com transparência e o Congresso respondeu às nossas demandas e foi grande parceiro do governo", disse a ministra.

Em sua avaliação, as aprovações no ano passado da reforma tributária e da nova regra fiscal do Executivo - conhecida como arcabouço fiscal - tiveram "impacto imediato e direto" para construir credibilidade junto ao mercado, assegurando que o governo não irá "gastar por gastar" e que, embora a gestão atual não esteja focada em fazer "economia e caixa", não poderá gastar mais do que irá arrecadar.

"Palavra mágica é credibilidade. Passamos à iniciativa privada que esse governo é sério, que tem foco no social sem descuidar do dinheiro público. Ninguém vai sair gastando por gastar, não precisamos fazer economia, caixa, mas não podemos gastar mais que arrecadamos. Isso tem impacto, tivemos queda da inflação, juros, câmbio controlado, comida mais barata na mesa do trabalhador e fechamos o ano com quase 2 milhões de trabalhadores a mais no mercado de trabalho", afirmou.

CBIE

Gasolina no Brasil está 6% mais cara do que no mundo

DENISE LUNA/AE

A queda do preço do petróleo tornou a gasolina vendida no Brasil 6% mais cara do que no mercado internacional, sinalizando para um possível recuo nos preços das refinarias brasileiras se o preço da commodity se estabilizar no atual patamar. A queda do petróleo pode ser explicada pelo corte de preço anunciado pela Saudi Aramco, indicando uma demanda global menor do que a esperada.

De acordo com o Centro Brasileiro de Infraestrutura (Cbie), o corte no preço da gasolina no mercado interno poderia ser de R$ 0,16 por litro, valor semelhante ao indicado pela Associação Brasileiras dos Importadores de Combustíveis (Abicom).

O último reajuste da gasolina nas refinarias da Petrobras foi há 81 dias, quando a estatal reduziu o preço do combustível em 4%, ou menos R$ 0,12 por litro. Já o diesel teve duas reduções feitas pela estatal no mês de dezembro do ano passado, sendo a última no dia 27, estando praticamente alinhado com o preço internacional.

FIM DA RETRAÇÃO

Indústria de cimento prevê crescimento de 2% em 2024

JORGE BARBOSA/AE

A indústria de cimento espera vender 63,1 milhões de toneladas do insumo em 2024, o que representa um crescimento de 2% ante o montante do ano anterior, de 62 milhões de toneladas comercializadas. A perspectiva de alta deve encerrar o ciclo de retração que ocorre desde 2022, quando o setor registrou queda de 2,8%, além do recuo de 1,7% em 2023. A projeção foi divulgada pelo Sindicato Nacional da Indústria do Cimento (SNIC).

De acordo com a entidade, o crescimento de 2% no setor será impulsionado por projetos de infraestrutura, sinalizados pelo governo em 2024, e pelo avanço no desenvolvimento urbano, principalmente nas áreas de habitação e saneamento.

O principal destaque que deve favorecer a indústria cimenteira é o programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV). Em números absolutos, a iniciativa pode estimular a produção de 2,5 milhões de toneladas de cimento se o governo cumprir com a previsão de entregar 500 mil moradias em 2024, destacou o presidente da SNIC, Paulo Camillo Penna.

Quanto ao sentimento dos empresários do setor, Penna afirmou perceber por parte deles um maior nível de otimismo para o futuro.

"A visão que eu percebo por parte dos empresários é mais positiva para os próximos anos. Há uma percepção das eleições no próximo ano, bem como um cenário fiscal menos restritivo. Além disso, os grandes ajustes econômicos foram tomados", afirmou Penna, ponderando que apesar do maior otimismo, o setor mantém preocupações com a regulamentação da reforma tributária. "Podemos sofrer prejuízos em duas frentes com a regulamentação da reforma tributária por meio da aplicação do imposto seletivo, que pode incidir sobre combustíveis e minérios. Então quando se discute sobre a tributação seletiva para minérios, nossos principais insumos são calcário e argila. Também utilizamos o coque de petróleo como combustível principal, apesar de estar em um processo de substituição", acrescentou.

INVESTIMENTOS

O porta-voz das empresas cimenteiras afirmou que o setor prevê dedicar R$ 17 bilhões em investimentos até 2026, voltados para a modernização operacional e melhoria das fábricas. Já para a redução dos impactos ambientais, o aporte até 2030 será voltado para expandir a participação do coprocessamento na matriz energética do setor. A tecnologia permite a substituição do combustível fóssil por diferentes tipos de resíduos.

"Metade desses R$ 3,5 bilhões serão direcionados para a industrialização do Combustível Derivado de Resíduo (CDR), feito a partir do lixo urbano, e outra metade é dedicada para a adequação das fábricas para que elas possam receber esse produto Nós vamos conseguir utilizar caroços de açaí, casca de arroz, pneus, lixo urbano, entre outros resíduos como insumos para produzir energia. Vamos conseguir ainda reduzir as emissões de metano", acrescentou Penna.

O executivo afirmou que o setor mudou a meta estabelecida para 2050, que previa uma redução do despejo de dióxido de carbono e agora almeja a neutralização das emissões. O coprocessamento será estratégico para alcançar a meta e a tecnologia está presente em 30% da matriz energética do setor.

MRS LOGÍSTICA S/A
CNPJ nº 01.417.222/0001-77 - NIRE nº 33.300.163.565
Companhia Aberta - Registro CVM nº 01794-9

Extrato da Ata da Reunião do Conselho de Administração da MRS LOGÍSTICA S/A ("Companhia") realizada às 13:30 horas do dia 12 de dezembro de 2023. Local: na sede da Companhia, localizada na Praia de Botafogo nº sala 228, sala 707, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro. **Presença:** com a presença da presença da totalidade dos seus membros, a saber: Alejandro Daniel Laiño, Carlos Hector Rezzonico, João Mário Lourenço Filho, Julio Rosa Baptista, Luis Fernando Barbosa Martinez, Marcelo Cunha Ribeiro, Marcelo Leite Barros, Marco Aurelio Brito Braga, Murilo Muller e Wendel Gomes da Silva. **Mesa:** Marcelo Leite Barros, Presidente. **Deliberações: I** – O Conselho, por unanimidade, aprovou a celebração pela MRS do 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão com alterações nas seguintes cláusulas, conforme Anexo I à presente ata: i. subcláusula 1.3.1 do 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão; ii. item 4.1.5.3, Apêndice A, Anexo 1, do 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão; iii. item 4.1.5.4, c), Apêndice A, Anexo 1, do 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão; iv. ID 2, Tabela 5, item 4.1.14, iv, Apêndice A, Anexo 1, do 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão; v. item 4.1.9.1, iii, Apêndice A, Anexo 1, do 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão; vi. primeira linha do ID 18, Tabela 7, item 4.1.14, viii, Apêndice A, Anexo 1, do 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão; vii. sexta linha do ID 2, Tabela 9, item 4.1.14, Apêdice A, Anexo 1, do 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão; viii. item 4, Anexo 3, do 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão; ix. item 7, Anexo 3, do 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão; x. item 9, Anexo 3, do 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão; xi. item 3, Anexo 8, do 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão; **II** - O Conselho, por unanimidade, aprovou a alteração e consolidação da Política de Conflito de Interesses da MRS a ser adotada pela Companhia, conforme Anexo II à presente ata; **III** - O Conselho, por unanimidade, aprovou a alteração e consolidação da Política de Brindes, Presentes, Hospitalidades e Entretenimentos a ser adotada pela Companhia, conforme Anexo III à presente ata. Certidão da **Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro** – Nome: MRS Logística S/A – Nire: 33.3.0016356-5 – Protocolo: 2023/01033579-1 – 21/12/2023. Certifico o arquivamento em 22/12/2023 e o registro sob o número: 00005950136 – Data: 22/12/2023. Gabriel Oliveira de Souza Voi – Secretário Geral.

CONDOMÍNIO DO CONJUNTO CIDADE DE COPACABANA - SUPER SHOPPING CENTER
CNPJ nº 40.454.241/0001-25
Rua Siqueira Campos, 143, Copacabana
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Presidente do Conselho de Administração, pelo presente, convoca os Senhores Condôminos para a assembleia geral ordinária do Condomínio do Conjunto Cidade de Copacabana – Super Shopping Center, **no dia 30 de JANEIRO DE 2024, às 17h em primeira convocação, com a presença de 2/3 dos condôminos, ou às 18h em segunda convocação, com qualquer número de presentes,** no **"SALÃO DE FESTAS – NÍVEL "P", DO COND. EDIF. APART HOTEL, situado na Rua Barata Ribeiro, Nº 370, Copacabana, nesta Cidade, para tratarem dos seguintes assuntos: ORDEM DO DIA: ITEM 1.** PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO 2023; **ITEM 2.** PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA PARA O PERÍODO MARÇO/2024 A FEVEREIRO/2025; **ITEM 3.** FIXAÇÃO DE MULTA PARA INFRAÇÃO, EQUIVALENTE A 01 (UM) SALÁRIO-MÍNIMO; **ITEM 4.** DAR CIÊNCIA AOS CONDÔMINOS DOS ANDAMENTOS DOS PROCESSOS JUDICIAIS; **ITEM 5.** DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DE CONTRATAÇÃO PARA ESTUDO DE CONSUMO DE ÁGUA PELA ÁGUAS DO RIO (COMERCIAL); **ITEM 6.** AUTORIZAÇÃO PARA ESTUDO DE ENERGIA ELÉTRICA ALTERNATIVA; **ITEM 7.** ASSUNTOS GERAIS. **Obs.: 1 - As pessoas que comparecerem na qualidade de procuradores e/ou representantes legais de condôminos deverão apresentar respectivos instrumentos de procuração que os credenciem, devidamente cercados de todas as formalidades legais, os quais não serão devolvidos e integrarão o acervo de arquivo da assembleia respectiva; 2 - Os locatários deverão fazer prova daquela condição através de cópias do contrato de locação e último recibo de condomínio quitado; 3 - Ressaltamos aos senhores condôminos ou seus procuradores que, de acordo com o Artigo 1335 inciso III do Código Civil, não poderão votar nas deliberações da assembleia, e delas participar, se não estiverem quites com suas cotas condominiais.** Rio de Janeiro, 04 de janeiro de 2024. **Ede Lamar Silveira Carvalho Passos -** Presidente do Conselho de Administração.

CONDOMÍNIO DO CONJUNTO CIDADE DE COPACABANA - SUPER SHOPPING CENTER
CNPJ Nº 40.454.241/0001-25
Rua Siqueira Campos, 143, Copacabana
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Presidente do Conselho de Administração, pelo presente, convoca os Senhores Condôminos para as Assembleias Gerais Ordinárias dos Pavimentos de Lojas e Blocos, a se realizarem nos dias, horários e locais adiante indicados, sendo comum a todos nas ordens do dia a PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO 2023; PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA PARA O PERÍODO MARÇO/2024 A FEVEREIRO/2025, FIXAÇÃO DE MULTA PARA INFRAÇÃO EQUIVALENTE A 01 SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL E ASSUNTOS GERAIS, sendo os demais itens indicados a seguir: **- 1º PAVIMENTO DE LOJAS:** dia **18/01/2024**, às 17:00 horas em primeira convocação, com a presença de 2/3 dos condôminos, e 18:00 horas em segunda convocação, com qualquer número de presentes, no **"SALÃO DE FESTAS – NÍVEL "P", DO COND. EDIF. APART HOTEL, situado na Rua Barata Ribeiro, Nº 370, Copacabana, nesta Cidade,** com discussão e votação de: **- ELEIÇÃO DE MEMBROS EFETIVO E SUPLENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO PARA O BIÊNIO 2024/2026; -ELEIÇÃO DE MEMBROS EFETIVO E SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL PARA O BIÊNIO 2024/2026; - 2º PAVIMENTO DE LOJAS:** dia **22/01/2024**, às 17:00 horas em primeira convocação, com a presença de 2/3 dos condôminos, e 18:00 horas em segunda convocação, com qualquer número de presentes, no **"SALÃO DE FESTAS – NÍVEL "P", DO COND. EDIF. APART HOTEL, situado na Rua Barata Ribeiro, Nº 370, Copacabana, nesta Cidade**, com discussão e votação de: **- ELEIÇÃO DE MEMBROS EFETIVO E SUPLENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO PARA O BIÊNIO 2024/2026; - ELEIÇÃO DE MEMBROS EFETIVO E SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL PARA O BIÊNIO 2024/2026; - 3º Pavimento de Lojas:** não informado. **- BLOCO "A":** dia **24/01/2024**, às 17:00 horas em primeira convocação, com a presença de 2/3 dos condôminos, e 18:00 horas em segunda convocação, com qualquer número de presentes, no **"SALÃO DE FESTAS – NÍVEL "P", DO COND. EDIF. APART HOTEL, situado na Rua Barata Ribeiro, Nº 370, Copacabana, nesta Cidade,** com discussão e votação de: **- DAR CIÊNCIA AOS CONDÔMINOS SOBRE O ANDAMENTO DOS PROCESSOS JUDICIAIS ENTRE O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO; - BLOCO "B":** dia **29/01/2024**, às 17:00 horas em primeira convocação, com a presença de 2/3 dos condôminos, e 18:00 horas em segunda convocação, com qualquer número de presentes, no **"SALÃO DE FESTAS – NÍVEL "P", DO COND. EDIF. APART HOTEL, situado na Rua Barata Ribeiro, Nº 370, Copacabana, nesta Cidade,** com discussão e votação de: **- ELEIÇÃO DE MEMBROS EFETIVO E SUPLENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO PARA O BIÊNIO 2024/2026; - ELEIÇÃO DE MEMBROS EFETIVO E SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL PARA O BIÊNIO 2024/2026; - NORMAS PARA ALUGUEL DE UNIDADES POR TEMPORADA; - BLOCO "C":** dia **25/01/2024**, às 17:00 horas em primeira convocação, com a presença de 2/3 dos condôminos, e 18:00 horas em segunda convocação, com qualquer número de presentes, no **"SALÃO DE FESTAS – NÍVEL "P", DO COND. EDIF. APART HOTEL, situado na Rua Barata Ribeiro, Nº 370, Copacabana, nesta Cidade**, com discussão e votação de: **- DAR CIÊNCIA AOS CONDÔMINOS SOBRE O ANDAMENTO DOS PROCESSOS JUDICIAIS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO; - COBRANÇA DE COTAS EXTRAS – FUNDO PROVISÃO JUDICIAL; - CONTRATO NOVO COM "FIRESOLUTION" ANO DE 2023; - OBRAS DE FACHADA; - CAIXA D'ÁGUA BLOCO "C"; - DOCUMENTOS RETIDOS PELA CARVALHO (PROCESSO EM ANDAMENTO); - BLOCO "D":** dia **16/01/2024**, às 17:00 horas em primeira convocação, com a presença de 2/3 dos condôminos, e 18:00 horas em segunda convocação, com qualquer número de presentes, no **"SALÃO DE FESTAS – NÍVEL "P", DO COND. EDIF. APART HOTEL, situado na Rua Barata Ribeiro, Nº 370, Copacabana, nesta Cidade. - ELEIÇÃO DE MEMBROS EFETIVO E SUPLENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO PARA O BIÊNIO 2024/2026; - ELEIÇÃO DE MEMBROS EFETIVO E SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL PARA O BIÊNIO 2024/2026; - NORMAS PARA ALUGUEL POR TEMPORADA DE UNIDADES; - BLOCO "E":** dia **23/01/2024**, às 17:00 horas em primeira convocação, com a presença de 2/3 dos condôminos, e 18:00 horas em segunda convocação, com qualquer número de presentes, no **"SALÃO DE FESTAS – NÍVEL "P", DO COND. EDIF. APART HOTEL, situado na Rua Barata Ribeiro, Nº 370, Copacabana, nesta Cidade**, com discussão e votação de: **- NORMAS PARA ALUGUEL POR TEMPORADA DE UNIDADES; - BLOCO "F"**: dia **17/01/2024**, às 17:00 horas em primeira convocação, com a presença de 2/3 dos condôminos, e 18:00 horas em segunda convocação, com qualquer número de presentes, no **"SALÃO DE FESTAS – NÍVEL "P", DO COND. EDIF. APART HOTEL, situado na Rua Barata Ribeiro, Nº 370, Copacabana, nesta Cidade**, com discussão e votação de: **- ELEIÇÃO DE MEMBRO SUPLENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, PARA O MANDATO COMPLEMENTAR 2024/2025; - ELEIÇÃO DE MEMBROS EFETIVO E SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL, PARA O MANDATO COMPLEMENTAR 2024/2025; - DISCUSSÃO E APROVAÇÃO PARA COMPRA E/OU REFORMA DE 01 (UM) ELEVADOR; - NORMAS PARA ALUGUEL POR TEMPORADA DE UNIDADES;** As assembleias decidirão em primeira convocação com número legal e em segunda com qualquer número de presentes, somente tendo direito à participação os condôminos, procuradores ou representantes legais, cujas unidades estejam rigorosamente em dia com as obrigações condominiais, na forma do constante no artigo 1.335, III, do Código Civil. As administrações dos Pavimentos de Lojas e Blocos deverão encaminhar aos presidentes das respectivas assembleias gerais relação das unidades com débitos de encargos condominiais, para verificação da legitimidade de participação e voto. Os procuradores e representantes legais deverão apresentar instrumentos que os credenciem, devidamente legalizados, os quais não serão devolvidos e integrarão o acervo de arquivo das assembleias respectivas. Os locatários que terão direito à voto tão somente nas matérias permitidas em lei, deverão fazer prova de sua condição através de cópias do contrato de locação e último recibo de aluguel quitado. Eventuais dúvidas e questões surgidas no curso das assembleias serão dirimidas pelo Presidente da mesa, que poderá, conforme sua conveniência, submetê-las ao crivo dos presentes. Rio de Janeiro, 04 de janeiro de 2024. **Ede Lamar Silveira Carvalho Passos -** Presidente do Conselho de Administração.

VERÃO: Sol com nuvens durante o dia. Noite com pancadas de chuva. Manhã Tarde Noite 38º 22º 85% 05:15 18:42

CASO MARIELLE

PF: mortes terão resposta final no 1º trimestre

RAYANDERSON GUERRA/AE

O diretor-geral da Polícia Federal (PF), Andrei Rodrigues, afirmou, ontem, em entrevista à Rádio CBN, que a investigação do assassinato da vereadora Marielle Franco (**foto**) e do motorista Anderson Gomes deve ser concluída no primeiro trimestre deste ano.

"Esse é um desafio que a PF assumiu no ano passado. Estamos há menos de um ano à frente dessa investigação, de um crime que aconteceu há cinco anos, mas com a convicção de que ainda neste primeiro trimestre a Polícia Federal dará uma resposta final do caso Marielle", afirmou Rodrigues.

A declaração do diretor-geral se alinha a uma recente fala do ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, que reafirmou o compromisso da PF em elucidar o caso. Marielle e Anderson foram mortos a tiros, em março de 2018, no bairro do Estácio, no Rio de Janeiro.

"Não tenham dúvida, o caso Marielle será, em breve, integralmente elucidado", disse Dino em dezembro. O ministro afirmou ainda que a investigação do caso estava em fase de finalização.

"Até onde esta fase chegará, eu realmente não sei, mas chegará ao final, qualquer que seja ele", afirmou.

CASO ENVIADO AO STJ

O inquérito que apura o assassinato foi enviado ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) em outubro do ano passado após surgirem novas suspeitas sobre a participação no crime do conselheiro do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro (TCE-RJ) Domingos Brazão. A informação foi revelada pelo colunista de *O Globo* Bernardo Mello Franco e confirmada pelo *Estadão*.

A investigação tramitava na Justiça do Rio. A mudança de foro se deu porque Brazão voltou a ser alvo da Justiça depois de ter sido citado no acordo de delação premiada do ex-policial militar Élcio Queiroz - o primeiro acusado pelo crime a assumir a coparticipação no assassinato. Élcio Queiroz está preso.

MÁRIO VASCONCELOS/ABRASIL

QUEIROZ GALVÃO DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIOS S.A.
CNPJ nº 02.538.768/0001-49 - NIRE 3330016739-1
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA 14 DE DEZEMBRO DE 2023

DATA, HORA E LOCAL: No dia 14 de dezembro de 2023, às 10 horas, na sede da Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade e no Estado do Rio de Janeiro, na Rua Santa Luzia, nº 651, 20º andar, parte, Centro, CEP 20.021-903. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Convocação dispensada, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404/76, em virtude da presença da acionista única da Companhia. **MESA:** Presidente: André de Oliveira Câncio e Secretário: Leandro Luiz Gaudio Comazzetto. **ORDEM DO DIA E DELIBERAÇÕES:** Após exame e discussão das matérias apresentadas, a acionista única da Companhia aprovou as seguintes deliberações: **(a)** Aprovar o aumento do capital social da Companhia no montante de R$545.150.395,71 (quinhentos e quarenta e cinco milhões, cento e cinquenta mil, trezentos e noventa e cinco reais e setenta e um centavos), passando o capital social da Companhia de R$1.661.484.987,47, (um bilhão, seiscentos e sessenta e um milhões, quatrocentos e oitenta e quatro mil, novecentos e oitenta e sete reais e quarenta e sete centavos), para R$2.206.635.383,18 (dois bilhões, duzentos e seis milhões, seiscentos e trinta e cinco mil, trezentos e oitenta e três reais e dezoito centavos), mediante a emissão de 472.772.530 (quatrocentas e setenta e duas milhões, setecentas e setenta e duas mil, quinhentas e trinta) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão aproximado de R$1,1531 (um real, um cinco três um centavos) por ação, ações essas totalmente subscritas, nesta data, pela acionista única da Companhia, Queiroz Galvão S.A., mediante a conversão de débitos de mútuo da Companhia com a acionista única em valor idêntico ao montante do aumento de capital social, conforme boletim de subscrição que constitui o Anexo II à presente ata, passando o capital social da Companhia a ser representado por 1.913.667.495 (um bilhão, novecentas e treze milhões, seiscentas e sessenta e sete mil, quatrocentas e noventa e cinco) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal; **(b)** Em decorrência do disposto no item (c) acima, o artigo 4º do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar com a seguinte redação: ***Artigo 4º.*** *O capital social da Companhia é de R$2.206.635.383,18 (dois bilhões, duzentos e seis milhões, seiscentos e trinta e cinco mil, trezentos e oitenta e três reais e dezoito centavos), totalmente subscrito e integralizado, representado por 1.913.667.495 (um bilhão, novecentas e treze milhões, seiscentas e sessenta e sete mil, quatrocentas e noventa e cinco) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.* **(c)** Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar de acordo com a redação que constitui o Anexo I desta ata; e **(d)** Aprovar a lavratura sumariada desta ata, determinando o arquivamento na Companhia, depois de rubricados pela mesa, dos documentos que interessam à Assembleia Geral realizada. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi a presente ata lavrada, lida, aprovada e assinada por todos os presentes. **ASSINATURAS:** Mesa: Presidente: André de Oliveira Câncio; e Secretário: Leandro Luiz Gaudio Comazzetto. Acionista única: Queiroz Galvão S.A., por André de Oliveira Câncio e Leandro Luiz Gaudio Comazzetto. Confere com o original lavrado no livro próprio. **André de Oliveira Câncio** - Presidente da Mesa; **Leandro Luiz Gaudio Comazzetto** - Secretário da Mesa. **ANEXO I - ESTATUTO SOCIAL - CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO - Artigo 1º.** A **QUEIROZ GALVÃO DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIOS S.A.** é uma sociedade empresária por ações subordinada ao disposto neste Estatuto Social, à Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A.") e às demais normas aplicáveis. **Artigo 2º.** A Companhia tem como objeto social: (i) a participação em sociedades, situadas no Brasil ou no exterior, como acionista ou quotista, que atuem, direta ou indiretamente: (i.a) nos ramos industrial, agropecuário e/ou de serviços, especialmente quando relacionadas aos segmentos da siderurgia, da mineração, da produção de cimento, de produtos agregados, e de alimentos; (i.b) nos setores de infraestrutura, tais como: (i.b.1) exploração, operação, manutenção e administração de rodovias, vias urbanas, estradas, terminais portuários e aeroportuários, sistemas metroviários, barcas, ferrovias, entre outros modais de transportes de pessoas e cargas; (i.b.2) saneamento de água, esgoto e afins, compreendendo, dentre outras, o tratamento de água e sua distribuição, bem como a operação, conservação e manutenção de sistemas de saneamento, além de coleta, tratamento e exploração de efluentes, resíduos líquidos e esgotos, inclusive serviços públicos de saneamento básico, de água e de esgotos sanitários, seja através de concessões, parcerias público privadas ou outra forma legalmente admitida, bem como em regime exclusivamente privado; e (i.b.3) no setor de energia; realização de estudos, projetos, construção e operação de usinas produtoras de energia elétrica e de redes de transmissão de energia elétrica; concessão de serviços públicos na área de energia; na exploração e aproveitamentos de potencial de energia; na realização de serviços e atividades pertinentes e compatíveis com a prestação de serviços energéticos; na geração, produção, comercialização, transmissão, distribuição de energia elétrica, inclusive todas as etapas intermediárias, assim como a operação e manutenção de tais sistemas. (ii) a atuação direta nas atividades mencionadas anteriormente e o exercício de atividades conexas ou relacionadas; (iii) a formação de parcerias para exploração de negócios, inclusive por meio de consórcios; e (iv) a participação em procedimentos concorrenciais, licitações e certames, a critério da Diretoria, isoladamente ou em consórcios com outras sociedades ou pessoas, visando a execução das atividades acima mencionadas. **Artigo 3º.** A Companhia, cuja duração será por tempo indeterminado, tem sede e foro na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Santa Luzia, nº 651, Pav. 20 - parte, Centro, CEP 20.021-903, podendo, por deliberação da Diretoria, abrir e instalar sucursais, filiais e escritórios, no Brasil e no exterior. **CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES - Artigo 4º.** O capital social da Companhia é de R$2.206.635.383,18 (dois bilhões, duzentos e seis milhões, seiscentos e trinta e cinco mil, trezentos e oitenta e três reais e dezoito centavos), totalmente subscrito e integralizado, representado por 1.913.667.495 (um bilhão, novecentas e treze milhões, seiscentas e sessenta e sete mil, quatrocentas e noventa e cinco) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **Artigo 5º.** Cada ação ordinária nominativa terá direito a 1 (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações não serão representadas por cautelas, comprovando-se a sua titularidade pela inscrição do nome do acionista no Livro de Registro de Ações Nominativas da Companhia. **Parágrafo Único.** A Companhia poderá emitir, a qualquer tempo, obedecidas as prescrições legais, ações nominativas ordinárias ou preferenciais. **CAPÍTULO III - ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE - Artigo 6º.** A Companhia será administrada por uma Diretoria. **Parágrafo Único.** A Diretoria terá os poderes e atribuições conferidos por este Estatuto Social, pelas normas que venham a ser estabelecidas pela Assembleia Geral e pelas leis aplicáveis. **Artigo 7º.** A Diretoria da Companhia será composta por, no mínimo, 02 (dois) e, no máximo, 4 (quatro) integrantes, acionistas ou não, todos eles residentes no País, sem denominação especial, com mandato de 03 (três) anos, permitida a reeleição. **Parágrafo Primeiro.** Compete aos integrantes da Diretoria a representação da Companhia e a prática dos atos regulares de gestão que lhes são atribuídos por este Estatuto, por lei e pelas normas que venham a ser estabelecidas pela Assembleia Geral. **Parágrafo Segundo.** Os Diretores tomarão posse de seus cargos, dispensados de prestar caução, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de sua eleição, mediante assinatura do respectivo termo, lavrado no Livro de Atas das Reuniões da Diretoria, ressalvada a hipótese de, presentes, assinarem a ata da Assembleia Geral que os eleger, o que valerá, nesse caso, também como termo de posse. **Parágrafo Terceiro.** Em caso de licença, impedimento temporário ou vacância, caberá à Assembleia Geral escolher o substituto do licenciado, impedido ou titular do cargo vago, na primeira reunião que se seguir ao acontecimento. O substituto permanecerá no cargo até o desimpedimento ou o término da licença do substituído, ou até o final do mandato da Diretoria. **Parágrafo Quarto.** Vencido o mandato dos integrantes da Diretoria, será ele considerado automaticamente prorrogado até a ocorrência de Assembleia Geral que eleja novos membros ou reeleja aqueles em exercício. **Artigo 8º.** A Diretoria administrará a Companhia obedecendo rigorosamente ao disposto neste Estatuto Social, em especial ao que reza o seu artigo 9º, às normas que venham a ser estabelecidas pela Assembleia Geral e à legislação aplicável, sendo vedado aos seus integrantes, isolada ou conjuntamente, a prática de atos em nome da Companhia estranhos ao seu objeto social. **Artigo 9º.** Compete à Diretoria: I) cumprir as disposições deste Estatuto Social e as deliberações da Assembleia Geral; II) a prática de todos os atos necessários ao funcionamento normal da Companhia, inclusive a representação em juízo ou fora dele, no país ou no exterior, e ainda: a) mediante a assinatura individual de um dos integrantes da Diretoria: a.1) representar a Companhia perante quaisquer repartições públicas federais, estaduais ou municipais, entidades autárquicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e empresas privadas, inclusive em procedimentos de licitação, podendo, para esse fim, assinar propostas, declarações e documentos afins; a.2) outorgar procurações *ad judicia* e aquelas que confiram poderes de representação judicial e/ou de representação em processos administrativos da Companhia, inclusive para fins de depoimento pessoal; a.3) praticar atos relativos a registro e emissão de documentos relacionados a assuntos trabalhistas, fiscais e alfandegários. b) mediante a assinatura conjunta de (i) 2 (dois) dos integrantes da Diretoria; (ii) 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador; ou (iii) 2 (dois) procuradores com poderes suficientes, poderão ser praticados todos os demais atos de gestão, inclusive, mas não se limitando a: b.1) assunção de obrigações em geral, no Brasil ou no exterior; b.2) realização de operações financeiras, de crédito e de financiamento em geral; emissão, aceite e endosso de títulos de crédito; b.3) movimentação de contas correntes da Companhia; b.4) outorga e aceite de garantias a empresas por ela controladas ou a ela coligadas; b.5) alienação e constituição de ônus sobre bens da Companhia, inclusive do ativo não circulante; e b.6) constituição de consórcios, de sociedades de propósito específico e de subsidiárias da Companhia. **Artigo 10.** Para a prática dos atos a que se refere o artigo anterior, poderão ser outorgadas procurações pela Companhia, com poderes específicos, mediante: I) a assinatura individual de um dos integrantes da Diretoria, em relação aos atos previstos no artigo 9º, II, item "a"; e II) a assinatura conjunta de 2 (dois) integrantes da Diretoria, em relação aos atos previstos no artigo 9º, II, item "b". **Parágrafo único:** As procurações outorgadas pela Companhia terão o prazo de validade fixado nos respectivos instrumentos, não podendo ser superior a 12 (doze) meses, ressalvados os instrumentos que contemplem os poderes da cláusula *ad judicia*, e/ou de representação em processos administrativos e/ou outorgados no âmbito dos financiamentos de longo prazo da Companhia ou de suas controladas ou coligadas, e/ou outorgados a entidades que realizem o refinanciamento ou a reestruturação de dívidas financeiras da Companhia ou de suas controladas ou coligadas, os quais poderão ser outorgadas por prazo indeterminado. **CAPÍTULO IV - CONSELHO FISCAL - Artigo 11.** O Conselho Fiscal, não permanente, quando instalado na forma da lei, terá 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, residentes no país, e que preencham os requisitos da legislação aplicável. **Parágrafo Único.** O Conselho Fiscal, quando instalado, funcionará até a primeira Assembleia Geral ordinária que seguir àquela de eleição, e terá as funções e competência previstas em lei. **CAPÍTULO V - ASSEMBLEIA GERAL - Artigo 12.** A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente nos 4 (quatro) primeiros meses após o término do exercício social e extraordinariamente, sempre que convocada, na forma da Lei das S.A. **Parágrafo Único.** A Assembleia Geral será presidida e secretariada, preferencialmente, por acionistas da Companhia e/ou por seus Diretores. **Artigo 13.** A Assembleia Geral será convocada pela Diretoria e instalar-se-á na forma prevista na lei. **Artigo 14.** Compete à Assembleia Geral deliberar e decidir sobre todas as matérias e negócios relativos ao objeto da Companhia, tomando as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento. **Parágrafo Único.** Além das matérias que por este Estatuto Social e por lei sejam de competência da Assembleia Geral, compete-lhe também, fixar os honorários individuais ou globais dos integrantes da Diretoria. **CAPÍTULO VI - EXERCÍCIO SOCIAL - Artigo 15.** O exercício social começará em 1º de janeiro de cada ano e terminará em 31 de dezembro do mesmo ano, coincidindo com o ano civil. **Artigo 16.** No fim de cada exercício social, a Diretoria elaborará as demonstrações financeiras previstas em lei, baseada na escrituração mercantil da Companhia. **Artigo 17.** Do lucro líquido do exercício, serão destinados: a) 5% (cinco por cento) à constituição da reserva legal, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia; b) 3% (três por cento) à distribuição aos acionistas como dividendo obrigatório. **Parágrafo Primeiro.** A Companhia poderá deixar de constituir reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do valor das reservas de capital exceder a 30% (trinta por cento) do capital social. **Parágrafo Segundo.** Os acionistas poderão deliberar a distribuição de dividendos inferior ao constante deste artigo, ou a retenção de todo o lucro. **Parágrafo Terceiro.** A Diretoria poderá propor e a Assembleia Geral aprovar distribuição antecipada de dividendos, à conta dos dividendos do exercício. Não havendo distribuição antecipada, os dividendos serão pagos durante o exercício em que os mesmos tiverem sido aprovados. **Parágrafo Quarto.** Os dividendos não reclamados dentro de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição dos acionistas, prescreverão em favor da Companhia. **CAPÍTULO VII - LIQUIDAÇÃO - Artigo 18.** A dissolução e liquidação da Companhia far-se-ão de acordo com o que resolver a Assembleia Geral, obedecendo às prescrições legais. Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2023. **André de Oliveira Câncio** - Presidente da Mesa; **Leandro Luiz Gaudio Comazzetto** - Secretário da Mesa. **Certidão** - Jucerja - Certifico o arquivamento em 22/12/2023 sob o nº 00005950139. Protocolo nº 2023/01033557 em 21/12/2023. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

2023

Serviço 190 da PM recebeu mais de 57 mil chamados de violência contra a mulher

A Central 190 da Secretaria de Estado de Polícia Militar recebeu 57 mil chamados relacionados a casos de violência contra a mulher no ano de 2023, o segundo tipo de ocorrência com maior número de chamados, ficando atrás somente dos episódios de perturbação do sossego, em que foram contabilizadas 98 mil ligações. Ao todo, foram recebidos mais de um milhão e quinhentas e oitenta e três mil ligações de emergência ano passado. Os dados foram contabilizados pela Coordenadoria de Sistema de Emergências da corporação.

As cidades com mais casos de acionamento para a atuação da Secretaria de Estado de Polícia Militar em episódios de violência doméstica são os municípios de Belford Roxo, Duque de Caxias e Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, além da Capital, Rio de Janeiro e o município de São Gonçalo, na Região Metropolitana.

"As mulheres estão denunciando e sabem que terão proteção do Estado por meio de uma rede potente e que olha para elas de forma integral. Temos o 190, a Patrulha Maria da Penha, as Delegacias Especializadas das Mulheres, os Centros Especializados de Atendimento à Mulher e a Casa Abrigo Lar da Mulher, um local sigiloso que acolhe mulheres em risco de vida, ajudando-as a se reerguerem e retomarem suas vidas. Toda mulher tem o direito de viver em paz, e o Governo do Estado está trabalhando para garantir isso", diz a secretária de Estado da Mulher, Heloisa Aguiar.

Além do efetivo nas ruas atuando diretamente para coibir esse tipo de crime, a Secretaria de Estado de Polícia Militar desenvolveu o aplicativo Rede Mulher, que tem como objetivo oferecer mais segurança e informações às mulheres vítimas de violência doméstica.

"Diariamente recebemos inúmeras ligações via 190 em nosso estado, e cada uma deles é verificada com muito cuidado e atenção. Salvamos vidas todos os dias graças ao número de emergência da Polícia Militar. Ele é de extrema importância no que tange a situações de emergências. É fundamental que a população confie no serviço 190RJ e também no aplicativo 190, que está disponível em três línguas", afirma o coronel Luiz Henrique Marinho Pires.

O app Rede Mulher, que conta com uma parceira com a Secretaria de Estado da Mulher, permite que as vítimas cadastrem uma solicitação de medida protetiva, tenham contato eletrônico direto com o número 190 da PM, façam um registro de ocorrência on-line (RO) e acessem informações sobre toda a rede de proteção à mulher existente no estado do Rio de Janeiro.

CONCESSÃO DE LICENÇA
FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO - BRICK 80, inscrita no CNPJ sob o nº 42.537.540/0001-59, torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE, através do processo nº EIS-PRO-2023/16080 a Licença Municipal de Instalação – LMI nº EIS-LMI-2023/00170, para a atividade de demolição de edificação, localizado na Avenida do Pepê, 1.124 - Barra da Tijuca/RJ.

MRS LOGÍSTICA S/A
CNPJ nº 01.417.222/0001-77 - NIRE nº 33.300.163.565
Companhia Aberta - Registro CVM nº 01794-9

Extrato da Ata da Reunião do Conselho de Administração da MRS LOGÍSTICA S/A ("Companhia") às 14:00 horas do dia 12 de dezembro de 2023. Local: na sede da Companhia, localizada na Praia de Botafogo nº 228, sala 707, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro. **Presença:** com a presença da totalidade dos seus membros, a saber: Alejandro Daniel Laiño, Carlos Hector Rezzonico, João Mário Lourenço Filho, Julio Rosa Baptista, Luis Fernando Barbosa Martinez, Marcelo Cunha Ribeiro, Marcelo Leite Barros, Marco Aurelio Brito Braga, Murilo Muller e Wendel Gomes da Silva. **Mesa:** Marcelo Leite Barros, Presidente. **Deliberações:** I – Os Conselheiros, deliberaram, por unanimidade, reeleger todos os diretores da Companhia, com mandato até 12 de dezembro de 2025, a seguir qualificados: (1) Guilherme Segalla de Mello, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 22.913.959-0, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 192.268.858-42, com endereço comercial, no Estado e Cidade do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo nº 228, sala 707, Diretor Presidente da Companhia, conforme artigo 22 do Estatuto Social, cumulando também os cargos de Diretor Comercial, de Diretor de Operações, de Diretor de Pessoas e de Diretor de Finanças e Desenvolvimento, sendo-lhe atribuída a função de Relação com os Investidores, nos termos do artigo 16, alínea b, do Estatuto Social da Companhia. O Diretor Comercial terá como atribuições a responsabilidade pela área de comercialização dos serviços de transporte prestados pela Companhia, a qual realiza pesquisas de mercado e estudos de tarifas, promove e controla a venda de transportes. O Diretor de Operações terá responsabilidade pela (a) área de operação dos serviços de transporte ferroviário, a qual promove e controla a execução dos aludidos serviços, cabendo (a.1) a programação e gestão dos ativos operacionais, (a.2) controle do tráfego e circulação dos trens, (a.3) logística de atendimento ao pátio de manobras e terminais, (a.4) formação e logística de equipagem, (a.5) gestão da capacidade de transporte e eficiência operacional; (b) área de tecnologia de informação, a qual elabora e implanta a política de informática adequada às atividades da Companhia, definindo tecnologia, equipamentos e software e (c) área de transformação digital, a qual exerce a gestão da reestruturação dos processos da Companhia, inserindo a tecnologia como elemento central com o objetivo de ganhar produtividade, escalabilidade e eficiência. O Diretor de Pessoas terá como atribuições a responsabilidade pelas áreas: (a) de pessoal, a qual exerce a gestão dos recursos humanos; (b) de proteção ao meio ambiente; (c) de segurança do trabalho; (d) de segurança operacional; e (e) de serviços gerais da Companhia. O Diretor de Finanças e Desenvolvimento terá como atribuições a responsabilidade pelas áreas: (a) de relações com investidores; (b) financeira, a qual exerce a gestão e controla as atividades financeiras da Companhia; (c) administrativa, a qual exerce a gestão e controla as atividades relativas à contabilidade e ao patrimônio da Companhia; (d) de planejamento, a qual promove a realização de estudos para a definição e atualização dos objetivos empresariais, promove e coordena a elaboração dos planos, programas e orçamentos essenciais ao desenvolvimento dos negócios da Companhia; (e) de suprimentos, a qual exerce a gestão e controla as atividades relativas à contratação dos serviços e à aquisição, à administração e à distribuição dos materiais necessários às atividades da Companhia; e (f) de infraestrutura, a qual promove a implantação de projetos necessários para o crescimento da Companhia; (2) Felix Lopez Cid, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da carteira de identidade nº 1981103996, expedida pelo CREA-RJ, inscrito no CPF sob o nº 565.297.917-87, com endereço comercial, no Estado e Cidade do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo nº 228, sala 707, Diretor de Projetos e Obras. O Diretor de Projetos e Obras terá como atribuições a responsabilidade pela área de engenharia relacionada a construção, renovação, remodelação e obras de expansão da via permanente e das instalações necessárias à operação dos serviços de transporte em cumprimento às obrigações assumidas pela Companhia no âmbito da prorrogação antecipada da Concessão; e (3) Alexandre Claro Fleischhauer, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade MG-21.257.680, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF sob o nº 839.649.327-87, com endereço comercial, no Estado e Cidade do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo nº 228, sala 707, Diretor de Engenharia e Manutenção. O Diretor de Engenharia e Manutenção terá como atribuições a responsabilidade pela área de engenharia relacionada a (a) manutenções preventiva e corretiva da frota de vagões, locomotivas e equipamentos de via de manutenção e reparação do material rodante, (b) construção, manutenção, renovação e remodelação da via permanente e das instalações necessárias à operação dos serviços de transporte com exceção daquilo que estiver sob responsabilidade do Diretor de Projetos e Obras, (c) gestão do planejamento, programação e controle da manutenção, (d) estabelecimento de estratégias e com base em parâmetros de manutenção para os ativos estabelecidos pela Engenharia e na demanda de utilização de ativos, (e) gestão da manutenção, substituição e/ou construção de obras de artes especiais (pontes e viadutos), túneis, passarelas, contenções em cortes e aterros, obras de artes correntes (bueiros) com exceção daquilo que estiver sob responsabilidade do Diretor de Projetos e Obras, (e) obras de expansão advindas dos planos diretores da companhia que não sejam relacionadas às obrigações assumidas pela Companhia no âmbito da prorrogação antecipada da Concessão. Os membros diretores ora eleitos tomarão posse de seus cargos, no prazo legal e somente após (i) a assinatura do respectivo termo de posse lavrado no Livro de Registro de Atas de Reunião da Diretoria; e (ii) a apresentação de declaração de desimpedimento, nos termos da legislação aplicável, sendo certo que os diretores reeleitos já indicaram que estão em condições de firmar tal declaração de desimpedimento. Certidão da **Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro** – Nome: MRS Logística S/A – Nire: 33.3.0016356-5 – Protocolo: 2023/01024426-5 – 18/12/2023. Certifico o arquivamento em 19/12/2023 e o registro sob o número: 00005944808 – Data: 19/12/2023. Gabriel Oliveira de Souza Voi – Secretário Geral.

PREFEITURA

Criminosos cobram R$ 500 mil para liberar obra em Piedade

VINÍCIUS LISBOA/ABRASIL

Criminosos pediram R$ 500 mil para liberar a realização de uma obra pública na zona norte do Rio de Janeiro, o Parque Piedade. A denúncia é do prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, que pede atenção da Polícia Federal e do Ministério da Justiça contra a quadrilha. O Parque Piedade foi anunciado pela prefeitura para ocupar o terreno da antiga Universidade Gama Filho, que teve prédios de seu *campus* demolidos no ano passado. As obras do parque tiveram início em setembro.

Segundo planos divulgados pelo órgão municipal, o parque terá espaço para feiras e eventos, com horta urbana, parcão, academia e campo de futebol, entre outras atrações.

Em seu perfil na rede social X, o prefeito disse que recebeu as informações da empreiteira, a quem a cobrança teria sido feita como exigência para a continuidade das obras, orçadas em R$ 65 milhões.

Ataques de facções

Governo Lula manifesta preocupação com Equador

FELIPE FRAZÃO/AE

O governo Luiz Inácio Lula da Silva manifestou ontem, preocupação e condenou a onda de ataques, sequestros e execuções indiscriminadas contra civis e policiais no Equador. Em nota do Itamaraty, o governo federal expressou solidariedade ao governo presidente Daniel Noboa e ao povo equatoriano.

Noboa decretou estado de emergência, reconheceu a existência de "conflito armado interno" e autorizou o emprego das Forças Armadas para "neutralizar" facções de narcotraficantes que deflagraram uma onda de ataques em algumas das principais cidades do país.

Narcotraficantes sequestraram e executaram policiais e invadiram uma emissora de TV, interrompendo um telejornal ao vivo. As aulas presenciais foram canceladas em todo o país.

"O governo brasileiro acompanha com preocupação e condena as ações de violência conduzidas por grupos criminosos organizados em diversas cidades no Equador e manifesta solidariedade ao governo e ao povo equatorianos diante dos ataques", disse o comunicado oficial do Ministério das Relações Exteriores.

Além disso, a Embaixada do Brasil em Quito tenta verificar informes de que poderia haver um cidadão brasileiro entre os sequestrados no país.

"O governo segue atento, em particular, à situação dos cidadãos brasileiros naquele país. O plantão consular do Itamaraty pode ser contatado no número +55 61 98260-0610 (inclusive WhatsApp)"

O governo do Peru informou que despachou para a fronteira um contingente de policiais da Direção de Operações Especiais. O objetivo é reforçar a segurança na linha de fronteira com o Equador.

Homens armados invadem transmissão ao vivo de TV em Guayaquil e aterroriza jornalistas

Homens armados e encapuzados invadiram o estúdio da emissora TC Televisión em Guayaquil, no Equador, onde a violência tem sido crescente. O canal estava ao vivo ontem, quando o grupo avançou sobre o estúdio e ameaçou os jornalistas e cinegrafistas.

Disparos foram ouvidos no estúdio principal e os funcionários da emissora usaram um grupo de WhatsApp para pedir ajuda: "socorro, eles querem nos matar", dizia a mensagem. As informações foram confirmadas pelo El Universo.

Ainda de acordo com as informações preliminares divulgadas pela imprensa local, o bando deixou uma dinamite na recepção e fez os profissionais da emissora reféns. "Estamos no ar para dizer que não se brinca com a máfia", disse um dos criminosos. Por volta das 14:30, a transmissão foi interrompida no Equador, mas o sinal internacional permaneceu no ar. A polícia informou que mandou tropas especiais para o prédio da emissora.

Em outras cidades do país, como Esmeralda, perto da fronteira com a Colômbia, homens armados incendiaram carros e ameaçaram as pessoas que passavam. O presidente equatoriano, Daniel Noboa, declarou na tarde de hoje conflito armado interno e designou gangues que atuam no país como organizações terroristas. "Ordenei às Forças Armadas que realizem operações militares para neutralizar esses grupos", disse nas redes sociais.

Na segunda-feira, Noboa já havia decretado estado de exceção em resposta a onda de violência com policiais sequestrados, fuga de presos e ataques com explosivos após a fuga da prisão de José Adolfo Macías Salazar, conhecido como "Fito", líder de uma gangue conhecida como Los Choneros, considerada uma das mais perigosas do país.

O país fica situado entre os maiores produtores de cocaína do mundo, Colômbia e Peru, e tem exercido há anos o papel de ponto de exportação de ilícitos para a América do Norte e a Europa. A violência do narcotráfico escalou a partir de 2018, inicialmente, restrita aos presídios, onde diferentes gangs disputavam o mercado de drogas.

O governo perdeu o controle do sistema carcerário e facções internacionais viram no caos uma oportunidade. Esses grupos de outros países passaram a unir forças com quadrilhas dos presídios e das ruas, desencadeando uma onda de violência diferente de qualquer coisa vista na história equatoriana recente.

Maceió

STF pede informações sobre acordo entre Braskem e prefeitura

A ministra Cármen Lúcia (**foto**), do Supremo Tribunal Federal (STF), concedeu ontem prazo de 30 dias para a prefeitura de Maceió e a mineradora Braskem se manifestarem sobre o acordo de indenização avaliado em R$ 1,7 bilhão pelos prejuízos causados pela extração de sal-gema na capital alagoana.

A decisão da ministra foi tomada para instruir a ação na qual o governo de Alagoas contesta a legalidade do acordo, assinado em julho do ano passado entre e empresa e o município de Maceió. As cláusulas foram questionadas no STF após a Justiça alagoana rejeitar a anulação do acordo.

Após receber as manifestações, a ministra deverá julgar a ação. Não há prazo para o julgamento.

O governo estadual alega que o acordo impede a integral reparação dos afetados pela mineração de sal-gema no estado. Além disso, o governo questiona trechos que autorizam a empresa a se tornar proprietária de terrenos e continuar a explorar a região devastada.

Os acordos foram assinados pela Braskem em 2019, 2020 e 2022 com os seguintes órgãos: Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público de Alagoas (MPA), Defensoria Pública da União (DPU), Defensoria Pública de Alagoas e prefeitura de Maceió.

ABRASIL

Santa Catarina

Filho de governador desiste de assumir cargo após repercussão negativa

GABRIEL DE SOUSA/AE

O filho do governador de Santa Catarina, Jorginho Mello (PL), afirmou ontem, que desistiu de assumir a Secretaria da Casa Civil do Estado. O advogado Filipe Mello foi nomeado pelo pai na última quarta-feira, mas a ação repercutiu negativamente e Filipe teve a posse suspensa pela Justiça, que atendeu um pedido do PSOL. Nesta terça, ele foi beneficiado com uma decisão judicial que permitia a sua nomeação

Em uma nota enviada à imprensa, Filipe Mello afirmou que desistiu de ocupar a chefia da Casa Civil catarinense por conta de "polêmicas infrutíferas". "Quem nos conhece sabe da relação que temos e sabe que não preciso de emprego", afirmou.

"Nesta tarde conversando com o governador Jorginho Mello, mesmo sendo absolutamente legal, concluímos que devo continuar auxiliando o governador da maneira em que faço hoje. Sem cargo no governo", disse o advogado.

Ao Estadão, Filipe afirmou que as acusações de nepotismo que surgiram após a nomeação do seu pai foram políticas: "Esquerda sendo esquerda. Nunca fizeram nada de bom em Santa Catarina, não seria agora".

Uma norma do Supremo Tribunal Federal (STF) define como nepotismo "a nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau". A regra cita especificamente cargos de comissão e de confiança e tem sido interpretada de modo a não se aplicar a funções eminentemente políticas, como é o caso das chefias de secretarias. Por outro lado, a Constituição Federal determina que a administração pública deve ser conduzida pelos princípios da "moralidade e da impessoalidade".

A posse de Filipe estava marcada para esta quarta-feira. Segundo a assessoria do governo de Santa Catarina, ainda não há um nome substituto para a secretaria. O ex-secretário da Casa Civil era Estêner Soratto da Silva Júnior, que retomou o seu cargo de deputado estadual.

Eleições 2024

TSE deve aprovar regras para uso da inteligência artificial

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) deve aprovar neste ano uma resolução para regulamentar o uso da inteligência artificial durante as eleições municipais de outubro. A data para votação da resolução ainda não foi definida, mas as regras serão discutidas em uma audiência pública que será realizada pelo tribunal no final deste mês.

O TSE pretende garantir a proibição da manipulação de vozes e imagens de conteúdo sabidamente inverídico para divulgação de desinformação contra a lisura das eleições e de propaganda negativa contra candidatos e partidos nas redes sociais e na propaganda eleitoral.

O objetivo é evitar a circulação de montagens de imagens e vozes produzidas por aplicativos de inteligência artificial para manipular declarações falsas de candidatos e autoridades envolvidas com a organização do pleito.

Conforme a minuta de resolução divulgada pelo tribunal, a responsabilidade pela retirada de conteúdos inverídicos oriundos de inteligência artificial será das plataformas. Após serem notificados, os provedores deverão adotar medidas para retirar o material da internet e realizar a devida apuração dos responsáveis pela publicação. As plataformas também devem ficar proibidas de impulsionar postagens com desinformação.

Pelas regras iniciais, a manipulação de conteúdo poderá ser punida com pena de dois meses a um ano de prisão, além do pagamento de multa.

O TSE também quer garantir às agências de checagem que assinarem acordos de cooperação com o tribunal o poder de classificar conteúdos como falsos, verdadeiros ou descontextualizados.

A audiência pública sobre o tema será realizada entre os dias 23 e 25 de janeiro e será comandada pela ministra Cármen Lúcia, que presidirá o TSE durante as eleições municipais de outubro. No pleito, serão eleitos prefeitos, vice-prefeitos e vereadores.

STF

Janones e Bolsonaro têm prazo para se manifestarem em ação

RAYSSA MOTTA/AE

A ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), pediu que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e o deputado André Janones (Avante-MG) informem se têm interesse em participar de uma audiência de conciliação na ação em que o parlamentar é acusado de calúnia e injúria. O prazo para resposta é de 20 dias.

A tentativa de conciliação foi uma sugestão da Procuradoria-Geral da República (PGR). A audiência acontece se pelo menos uma das partes tiver interesse. Se os dois rejeitarem a proposta, o processo segue o curso.

Bolsonaro deu entrada no processo após ter sido chamado de "ladrãozinho de joias", "miliciano" e "bandido fujão" em publicações feitas pelo deputado no X (antigo Twitter) entre março e abril do ano passado. Janones também atribuiu ao ex-presidente a responsabilidade por milhares de mortes na pandemia.

Um ano após ataques

Congresso inicia retirada de grades de segurança

GABRIEL HIRABAHASI/AE

O Congresso iniciou ontem, a retirada das grades que estão nos arredores do prédio principal do Poder Legislativo federal. A decisão foi anunciada pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), no fim do ano passado, em uma café da manhã com jornalistas.

No evento Democracia Inabalada, em alusão aos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023, Pacheco confirmou essa intenção e disse que a retirada das grades simbolizava a retomada "um ano após essa tragédia democrática do Brasil".

"É chegada a hora, em 8 de janeiro de 2024, um ano após essa tragédia democrática do Brasil, abrir o Congresso Nacional para o povo brasileiro. Retirar essas grades que circundam o Congresso Nacional, para que todos tenham a compreensão de que essa é a Casa deles, é a Casa do povo, é a Casa de representantes eleitos, onde as decisões devem ser tomadas para o rumo do Brasil", disse o presidente do Senado em seu discurso na cerimônia.

A instalação de barreiras nas sedes dos Três Poderes em Brasília começou a ficar comum após 2013, quando manifestantes ocuparam o topo do Congresso em meio aos atos que se iniciaram em junho daquele ano. Os protestos contra a então presidente Dilma Rousseff (PT) e o processo de impeachment em 2016 também motivaram as grades de proteção em determinados momentos.

Os atos golpistas de 2023 e a invasão e depredação do Congresso também motivaram a proteção por parte das forças de segurança do Legislativo, do Judiciário e do Executivo. O Palácio do Planalto, por exemplo, retirou neste ano as grades de proteção que estavam no local desde 2013.

Apesar de a retirada das barreiras ser simbólica por se dar um ano após os atos golpistas de 8 de janeiro, na data da invasão da sede do Legislativo o prédio já estava cercado pela proteção.

Diário do Acionista
Tels.: (21) 99122-4278

VERÃO: Sol com nuvens de manhã. Pancadas de chuva à tarde e à noite. Manhã Tarde Noite 34º 20º 85% 05:29 18:57

RACHA NO PARTIDO

Volta de Marta ao PT para vice de Boulos gera desavença entre petistas

ZECA FERREIRA/AE

O provável retorno de Marta Suplicy (sem partido) ao PT para ocupar a vice na chapa encabeçada pelo deputado Guilherme Boulos (PSOL) já gera desavenças entre petistas. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) é um dos principais entusiastas à volta da ex-senadora, porém uma ala do partido é contra a ideia, acusando Marta de traição por conta de seu voto a favor do impeachment da então presidente Dilma Rousseff em 2016.

O dirigente nacional do PT, Valter Pomar, publicou um artigo ontem, sugerindo que o possível retorno de Marta ao PT seja decidido em votação no Diretório Nacional do partido. "Votarei contra. O motivo principal é: senadora eleita pelo PT, Marta traiu seu eleitorado e seu partido, votando a favor do golpe contra Dilma. Desconheço que ela tenha feito alguma autocrítica a respeito. E, em qualquer caso, não vejo porque trazer de volta para casa quem praticou tamanha violência".

Líder da corrente interna petista Articulação de Esquerda (AE), Pomar é conhecido por suas posições à esquerda da tendência majoritária do PT, a Construindo um Novo Brasil (CNB), que tem Lula como principal integrante. Em novembro de 2019, Valter Pomar foi derrotado por Gleisi Hoffmann na disputa pela presidência do partido. Naquela ocasião, seu grupo conquistou 11,6% dos votos, ante 71,7% de Gleisi. O processo marcou a última eleição interna do PT até o momento.

Marta e Boulos articulam um encontro presencial para selar a possível aliança nas eleições deste ano. Na segunda-feira passada, a ex-senadora se reuniu com Lula no Palácio do Planalto e disse que precisa conversar com o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), antes de confirmar publicamente seu retorno ao PT. Atualmente, ela é secretária de secretária de Relações Internacionais da Prefeitura.

De acordo com um dirigente petista, está "99% certo" que Marta vai deixar o secretariado de Ricardo Nunes para ser vice de seu maior adversário nas eleições municipais de 2024. Por uma questão de cortesia, falta apenas a conversa com seu chefe, o prefeito. A ex-senadora retornará ao PT após nove anos para integrar a chapa de Boulos, com o discurso de que não pode estar no mesmo palanque do ex-presidente Jair Bolsonaro. Ontem, em evento de anúncio de apoio do PDT à pré-candidatura do psolista, Boulos e o deputado federal Rui Falcão (PT-SP), que o acompanhava, pregaram que ainda não há definição sobre a presença de Marta como vice na chapa.

ELEIÇÕES 2024

PDT oficializa apoio à candidatura de Boulos

MATHEUS DE SOUZA/AE

O PDT oficializou, ontem, seu apoio à pré-candidatura de Guilherme Boulos (PSOL) na corrida pela prefeitura de São Paulo. O evento ocorreu no diretório do partido na capital paulista, e contou com a presença de lideranças do PDT, como o presidente nacional da sigla, Carlos Lupi, do PSOL, do PV, e do PT.

No evento, Boulos agradeceu o partido e fez uma série de elogios a Lupi, "um companheiro leal e com palavra", e a Leonel Brizola, figura histórica da legenda. Boulos também fez questão de nacionalizar a disputa ao falar de uma frente contra o bolsonarismo na cidade de São Paulo. Sobre seu adversário, Ricardo Nunes (MDB), Boulos disse que ele não está "a altura" do comando da capital.

O embarque do PDT na campanha de Boulos ocorre após seu projeto próprio, que deveria contar com o apresentador José Luiz Datena como cabeça de chapa, não dar certo. Datena, que estava filiado no PDT até o início deste ano, decidiu aceitar o convite da pré-candidata Tabata Amaral e se filiar ao seu partido, o PSB. A aposta é que Datena deverá ser vice de Tabata.

O evento também contou com a presença do deputado federal Rui Falcão, responsável pela articulação que deve colocar Marta Suplicy como vice de Boulos. Falcão comemorou o apoio do PDT ao pré-candidato. A expectativa do deputado, afirmou, é que "o tamanho do apoio" a Boulos aumente com o embarque da sigla. Lupi afirmou que "já sente o cheiro da vitória" do projeto, referindo-se a Boulos como "o prefeito".

O presidente municipal do PDT, Antonio Neto, afirmou que o partido recebeu com "júbilo" a notícia de que estaria ao lado de Boulos na campanha.

Durante o evento, diversas lideranças fizeram críticas à atual gestão, mesmo sem citar diretamente Ricardo Nunes (MDB) destacando, principalmente os problemas decorrentes das fortes chuvas, como quedas de árvores e falta de energia.

Nota

NUNES E PADRE JÚLIO SE REUNEM PARA DISCUTIR CPI DAS ONGS

O prefeito de São Paulo Ricardo Nunes (MDB) e o padre Júlio Lancellotti, alvo de uma possível Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) a ser instalada na Câmara Municipal da capital paulista, se encontraram na segunda-feira passada, na sede da Prefeitura, afirmou o padre em entrevista à CNN. O encontro foi confirmado pela assessoria do prefeito ao Estadão. Lancellotti disse que Nunes afirmou a ele durante o encontro que, caso questionado, esclarecerá que a Prefeitura não tem nenhum convênio com a Arquidiocese, com a Pastoral de Rua, nem com nenhuma entidade de que o padre faça parte. "O prefeito disse que pode prestar os esclarecimentos de que não sou de uma ONG, não recebo recursos, que isso é uma coisa de domínio público e que se a prefeitura for arguida nesse sentido, irá responder isso mesmo: 'Nós não temos nenhum convênio com a Arquidiocese de São Paulo, nem com a Pastoral de Rua, nem com nenhuma entidade que o padre Júlio faça parte'", disse ao jornal O encontro teria sido solicitado pelo religioso, que disse ter enviado uma mensagem ao prefeito contando sobre o requerimento de abertura da CPI, e teria recebido uma ligação de Nunes, que disse não estar a par de toda a situação.

FRANÇA

Macron indica premiê mais jovem da história moderna

RICARDO STUCHERT/PR

O presidente da França, Emmanuel Macron (**foto**), indicou o ministro de Educação, Gabriel Attal, de 34 anos, para comandar um novo governo como primeiro-ministro. A escolha de uma autoridade popular, mas pouco testada, representa a tentativa de dar uma nova vida ao ambiente político trincado pela aprovação do recente projeto de imigração.

Ex-socialista e aliado próximo de Macron, Attal pode se tornar o mais jovem premiê da história da República da França, assim como o primeiro assumidamente gay. Ele recebeu a tarefa de nomear um novo gabinete, de acordo com informações divulgadas, ontem, pelo escritório da Presidência.

Attal enfrenta o desafio de reunificar o grupo político profundamente dividido em torno de Macron. Membros mais inclinados à esquerda do partido governista, uma ala bipartidária que inclui ex-socialistas e conservadores, estão cada vez mais frustrados pela tendência mais à direita do governo.

A promoção de Attal também o coloca em uma posição de ser um potencial sucessor de Macron, que tem lutado durante anos para cativar um grupo que pode garantir o futuro do seu relativamente novo partido político, o Renaissance. O presidente francês, que foi reeleito em 2022, tem o limite de dois mandatos consecutivos com base na lei francesa e o destino do partido de Macron depende de sua popularidade.

Attal era uma figura relativamente desconhecida no cenário político francês antes de Macron escolhê-lo, em julho, para o Ministério da Educação. Mas, no mês passado, a aprovação de Attal atingiu 40%, de acordo com uma pesquisa do instituto Ipsos, que determina rankings dos políticos mais populares da França.

ITÁLIA

Oposição cobra explicações do governo após saudação fascista

A oposição na Itália cobrou ontem, explicações do governo de Giorgia Meloni depois que centenas de manifestantes reunidos em Roma fizeram uma saudação fascista - que é proibida - aparentemente sem que a polícia interviesse. Aliados de Meloni, por sua vez, negam qualquer relação do seu partido, o Irmãos da Itália, que tem raízes com o pós-fascismo, com o ocorrido.

As imagens que circulam nas redes sociais mostram a multidão com os braços estendidos no que ficou conhecido como saudação romana, gesto que remonta a ditadura de Benito Mussolini (1922-1943). A Divisão de Investigações Gerais e Operações Especiais (Digos) analisa os vídeos e já identificou os primeiros suspeitos, informou ontem, a agência de notícias italiana Ansa.

Os manifestantes estavam reunidos em Roma, na frente a antiga sede do Movimento Social Italiano (MSI), partido que reuniu os saudosistas do regime no pós-Guerra. Eles lembraram a morte de membros da juventude fascista, em 1978, período em que a Itália enfrentava uma onda de violência entre extremistas. Dois adolescentes teriam sido assassinados por radicais de esquerda e o terceiro baleado pela polícia no tumulto que se seguiu. Ninguém foi condenado pelas mortes.

O vídeo da saudação fascista causou indignação entre opositores, que cobram explicações do governo de Meloni, cujo partido Irmãos da Itália descende do MSI. Para ser eleita, no entanto, ela buscou se afastar da relação com o regime de Mussolini - a quem já chamou de "bom político" - e disse que "a direita italiana entregou o fascismo à história há décadas". Já como primeira-ministra, tem adotado um tom mais pragmático que o esperado pelos críticos.

Líder da principal força de oposição no Parlamento, o Partido Democrata, Elly Schlein, questiona a aparente falta de reação policial diante do gesto. E lembra com ironia que um homem foi cercado pela polícia após gritar "viva a Itália antifascista" na estreia de uma ópera no teatro La Scala mês passado.

"Se você gritar 'Viva a Itália antifascista' em um teatro, você será identificado (pela polícia); se você for a uma reunião neofascista com saudações romanas e cartazes, você não vai', disse Schlein no X. Em seguida, questionou: "Meloni não tem nada a dizer?"

O governo, por outro lado, tenta se afastar da crise. "Somos uma força que certamente não é fascista, somos antifascistas", disse o vice-primeiro-ministro Antoni Tajani, líder de um partido de centro direita que integra a coalizão do governo ao ser questionado sobre o caso pela imprensa. E acrescentou que todas as manifestações em apoio à ditaduras devem ser "condenadas" lembrando que são proibidas pela lei italiana.

Já os partidários do Irmãos da Itália minimizaram as críticas e negaram qualquer relação da agremiação com a saudação. "Os Irmãos da Itália não têm nada a ver com o que aconteceu", reagiu o parlamentar Giovanni Donzelli, que se referiu aos manifestantes como "100-200 imbecis, muito mais úteis à esquerda do que a nós", reportou o Corriere della Sera.

SEMANA TENSA

Tornado, nevasca e enchente: EUA enfrentam sucessão de eventos climáticos

Os Estados Unidos vivem, nesta semana, uma sequência de condições climáticos intensas e, em alguns casos, perigosas, sobretudo no centro e no leste do país. Fortes tornados, nevascas, chuvas torrenciais e ventos prejudiciais já foram registrados ou ainda podem nos próximos dias acontecer devido a um sistema de baixa pressão.

Entre segunda-feira passada, e ontem, a extensa tempestade de inverno já provocou fortes tempestades e alertas de tornado que arrancaram telhados de casas, derrubaram móveis e paralisaram cidades com mais de meio metro de neve, deixando pessoas presas nas rodovias. Várias escolas foram fechadas na região e mais de 140 mil clientes ficaram sem energia na Flórida, Alabama e Geórgia, segundo o site PowerOutage.us.

Na tarde de segunda-feira, fortes neves sopradas pelo vento se expandiram do nordeste do Novo México para o oeste de Iowa e norte do Missouri. Até 11 polegadas de neve no oeste do Kansas fecharam partes de rodovias. Trovoadas foram relatadas em Dodge City, onde imagens mostraram condições de apagão. No extremo oeste de Oklahoma, na fronteira com o Texas e o Novo México, o Serviço Meteorológico emitiu um relatório de estradas fechadas e motoristas presos "em todo" o condado de Cimarron.

NEVASCAS

Alertas de nevasca haviam sido emitidos na segunda-feira para partes das Altas Planícies Central e Sul até terça-feira. Quase 19 centímetros de neve caíram na cidade de Athol, no norte do Kansas, na segunda-feira. O escritório de serviço meteorológico em Lincoln, Nebraska, previu que um adicional de 8-13 centímetros seria possível durante a noite, com ventos possivelmente com rajadas de até 64 km/h.

As condições de apagão no centro de Nebraska fecharam um longo trecho da Interestadual 80, enquanto o Kansas fechou a Interestadual 70 desde a cidade central de Russell até a fronteira com o Colorado devido a condições perigosas de viagem

O clima já afetou a campanha para as convenções eleitorais do distrito de Iowa em 15 de janeiro, onde a neve deverá ser seguida por temperaturas gélidas que podem cair abaixo de -18 ºC Isso forçou a campanha do ex-presidente Donald Trump a cancelar várias aparições da governadora do Arkansas, Sarah Sanders, e de seu pai, o ex-governador do Arkansas Mike Huckabee, que deveria cortejar os eleitores de Iowa em nome de Trump na segunda-feira.

Partes do norte do Missouri se prepararam para até trinta centímetros de neve à medida que o sistema se movia para o leste Autoridades em Kansas City, Missouri, disseram que a prefeitura estaria fechada na terça-feira e os tribunais municipais funcionariam remotamente.

INUNDAÇÕES

Chuvas generalizadas de cinco a dezoito centímetros ocorreram ontem em todo o nordeste dos Estados Unidos. O derretimento da neve de uma tempestade de inverno no fim de semana que trouxe 30 centímetros ou mais de neve para algumas partes da Costa Leste pode contribuir para o escoamento e aumentar o risco de inundações, disseram meteorologistas.

"As fortes chuvas associadas criarão inúmeras áreas de inundações repentinas", disse o Serviço Meteorológico. "Além disso, muitos riachos podem inundar, afetando potencialmente rios maiores."

Os meteorologistas identificaram uma grande área ao redor da Filadélfia onde é provável que haja inundações significativas nos rios. No total, os especialistas em meteorologia preveem que pelo menos 19 rios na região do Médio Atlântico sofrerão inundações.

As inundações também são possíveis desde o extremo sul, como Richmond, Virgínia, até o extremo norte, como Catskills, em Nova York, de acordo com os meteorologistas. Um alerta de enchentes foi emitido no noroeste do estado de Washington até a manhã desta terça-feira.

TORNADOS

Na Costa do Golfo, que inclui Texas, Louisiana, Mississippi, Alabama e Flórida, havia risco de tempestades severas até terça de manhã, com relâmpagos frequentes, fortes rajadas de vento, granizo e alguns tornados, de acordo com o Serviço Meteorológico.

O sudoeste de Louisiana e do Mississippi, até a manhã desta terça-feira, estava sob aviso para tornado, enquanto os residentes de Nova Orleans e outras comunidades se preparavam para a tempestade, e várias escolas dispensaram as aulas na manhã de segunda-feira.

Uma violenta tempestade com ventos de 88 km/h e granizo passou pelo Flórida e atingiu partes do Alabama e da Geórgia ao amanhecer desta terça-feira, junto com pelo menos vários relatos de tornados confirmados por radar, disse o Serviço Meteorológico Nacional. Uma rajada de vento de 171 km/h foi registrada antes do amanhecer perto da costa no condado de Walton, Flórida.

"Ainda temos tempestades potencialmente fortes naquela área até a manhã de terça-feira e potencial para clima mais severo e tornados", disse o meteorologista Lance Franck, em Tallahassee.